

SONDAGEM E ORÇAMENTO

por Mário Soares

As sondagens valem o que valem. Por mim, politicamente, nunca me determinei por sondagens. Porque são falíveis e, sobretudo, mutáveis. São um retrato de um momento, quando a realidade muda em permanência, às vezes até pelo efeito das sondagens...

A última sondagem de que tive conhecimento foi divulgada no sábado, pelo Expresso e a Rádio Renascença, pela Eurosondagens, S.A., e foi realizada entre 2 e 7 de Setembro. Atribui uma ligeiríssima subida ao PS, em relação ao PSD, 36,0% para 35,8% e ao CDS/PP, 8,4%; ao PCP, 7,7% e ao Bloco de Esquerda 7,1%. Os dois líderes em melhor posição são: José Sócrates e Pedro Passos Coelho. Mas, claro, a sondagem vale o que vale...

Curiosamente, isto passa-se num momento de crise aguda, como a que atravessamos e quando, no passado dia 9 de Setembro, o Presidente da República deixou de poder dissolver a Assembleia da República. Isto é: quando o Governo Sócrates, contas feitas, ficará, com grande probabilidade, no seu lugar até, na melhor das hipóteses para os seus opositores, aos fins de Maio princípios de Junho de 2011. Se não fizer toda a Legislatura. Donde se conclui que não vale a pena os dois maiores Partidos (PS e PSD) se lançarem em campanhas eleitorais legislativas prematuras, como parece ter acontecido na passada semana... Representa um despesismo de energias e de dinheiro completamente inútil.

Entretanto, há um ponto de extrema importância, que deve ser posto acima dos interesses e das ambições partidárias: a aprovação do Orçamento para 2011. Senão for aprovado é muito grave para todos nós. Ora, para que o seja, é preciso um acordo sério, com cedências mútuas, entre os dois Partidos, PS e PSD. Aliás, esse acordo, convém às duas partes. Caso contrário, teríamos um governo, largos meses paralisado, a trabalhar em duodécimos, o que aliás seria extremamente precário, pressuporia, provavelmente, a fiscalização do Banco Central Europeu e talvez do Fundo Monetário Internacional. Com tudo o que isso representa de desagradável para Portugal. Seria uma crise política que viria agravar, inutilmente - mas em muito - a crise financeira e económica em que nos encontramos, bem como a credibilidade de Portugal no plano externo.

O eleitorado português, creio, não perdoaria aos Partidos se isso acontecesse. A todos. Os desempregados, os trabalhadores precários, que estão no limiar da pobreza e a própria classe média, não aceitariam uma tal situação e assacariam todas as responsabilidades aos políticos e aos Partidos. Um perigo para a estabilidade das nossas instituições democráticas.

Penso que os nossos políticos, de uma forma geral, não querem compreender a gravidade da crise em que estamos, em termos europeus e portugueses. Continuam a pensar que a crise é para os outros. Pensam que lhes basta reclamar mais dinheiro, aumento de salários e mais facilidades do Estado. Daí ameaçarem com manifestações, greves e protestos, às quais se podem juntar os mais desesperados - sem meios e com fome - aos quais faltam os bens mais elementares. Ora esses desesperados podem revoltar-se a sério e cometer actos de violência. O que é perigosíssimo para a estabilidade social. Veja-se o que se passou recentemente em Moçambique e em muitos outros países...

Em Portugal ninguém parece importar-se como e donde vem o dinheiro que o Estado arrecada. Salvo o Governo, ao qual tudo continua a exigir-se. Nem ninguém parece aceitar que se façam cortes, nos salários, nem no despesismo das Regiões, das Autarquias ou do Estado Central. E, para outros, que se subam os impostos. Mas os recursos do Estado têm de vir de algum lado...

No plano cívico, era útil que houvesse, da parte dos Partidos, que se instalaram no protesto - e se auto-excluem do arco da governabilidade - um pouco mais de sentido de responsabilidade e de bom senso. Por exemplo: será saudável que o PCP - desde que foi derrotado no PREC - nunca se dispôs a votar a favor de um único Orçamento de Estado? E parece que o B.E. vai no mesmo caminho.

É preciso, em conclusão, que os portugueses compreendam que a situação portuguesa - como a da União Europeia, em geral - é muito complexa e difícil e, se queremos manter o nosso sistema político e social - de que temos beneficiado - precisamos, todos, de fazer os sacrifícios necessários,

protegendo, obviamente, os mais desfavorecidos. Não é com manifestações ou a gritar slogans, que o dinheiro aparece e os problemas se podem resolver...

A decadência europeia

Os portugueses que me conhecem sabem que sempre fui um entusiasta convicto da Comunidade Europeia, com responsabilidades, que assumo, na entrada de Portugal na CEE. Também sabem que sou um admirador do projecto europeu, que considero o mais original e interessante projecto político de paz, liberdade e de bem-estar para as populações dos Estados da União. Sou um europeu federalista, que se honra de ter sido Presidente do Movimento Europeu.

Dito isto, os meus eventuais leitores também sabem, que em vários artigos aqui publicados, nesta mesma coluna, tenho vindo a acentuar as minhas preocupações quanto ao futuro da Europa, dada a falta de visão dos seus principais líderes e uma certa deriva nacionalista e populista que se tem vindo a notar, desde há meses, diria mesmo desde a crise financeira e económica de 2007/2008.

Salientei o grande interesse do relatório dos sábios - assim chamado pelos dirigentes que o encomendaram - da Comissão, presidida por Felipe Gonzalez, em 2007 e que foi entregue em Junho do corrente ano. É um relatório que procura pôr os leitores e estudiosos, perante o seguinte dilema: "ou a Europa faz avançar as suas instituições num sentido mais federal, como foi o sonho dos Pais Fundadores; ou corre o grande risco de perder peso e influência, tanto na política como na economia e no contexto internacional. É um relatório bem articulado, com uma autêntica visão do futuro. Pois bem: até agora, parece que os líderes europeus que o encomendaram, se o leram (o que duvido), não o debateram...

De todos os lados têm surgido sinais, apesar da aprovação do Tratado de Lisboa, de que a União Europeia não consegue avançar, dada a situação, falta de coragem e de desprestígio dos seus dirigentes nacionais. Por outro lado, o Conselho Europeu dos Chefes de Governo não consegue entender-se quanto a uma política comum, mesmo para sairmos da crise. Quanto mais em relações externas e em questões de defesa. É o Banco Central Europeu, por detrás do qual está a Chanceler Merkel e os seus aliados liberais, que orienta as medidas financeiras para vencer a crise. Será que é o melhor caminho? Os britânicos aceitam um governo financeiro europeu mas não um governo económico nem, muito menos, político. Que devia ser o principal objectivo. Mas como, se ninguém se entende? A França, com o desvario do Presidente Sarkozy - que agora até parece ter-se zangado com o seu primeiro-ministro Fillon - está sem rumo e sem prestígio. A Itália está numa fase de desagregação, com Fini, o ex-chefe fascista, a competir com Berlusconi, sem qualquer ideia deste, que não seja perpetuar-se no poder, e sem qualquer influência externa. O próprio Benelux, europeísta, desapareceu com a Bélgica e a Holanda, em busca de governos, que estão difíceis de formar. A própria Suécia está a sofrer uma viragem histórica, com a extrema-direita a preparar-se para entrar no Parlamento.

Quanto às instituições europeias, as coisas não vão melhor. O discurso de Estado inventado por Durão Barroso, que me pareceu ter sido uma boa ideia, revelou-se um fracasso, porque não teve sequer a presença do Presidente da União Herman van Rompuy - o que é significativo - nem da Vice-Presidente da Comissão, a baronesa Catherine Ashton, responsável pela política externa. Para além do discurso não ter substância para suscitar o entusiasmo do Parlamento nem para ser debatido seriamente.

Não é de estranhar, assim, que o académico americano Charles Kupchan, pró-europeísta, citado pela ultra-competente jornalista Teresa de Sousa, num artigo recente, tenha dito que a União Europeia está a morrer, de morte lenta, como escreveu no Washington Post. Vamos a caminho de um desastre. Mas, caramba, há que reagir!

Fidel de novo em cena

Fidel de Castro, de 84 anos, aparentemente recuperado da enfermidade que o obrigou a abandonar o poder - em favor do seu irmão, Raul de Castro, de 79 anos - voltou à cena política, com discursos surpreendentes. Numa entrevista à revista americana, The Atlantic, declarou que "o modelo económico cubano não marchou". Trata-se de uma confissão inesperada, que todos os observadores da realidade cubana conheciam. Mas por que razão a fez? Para ajudar o seu irmão, quanto às reformas prometidas e que não foram ainda feitas?

A verdade é que a situação económica e política da Ilha é desesperada. Ninguém mais acredita no sistema, particularmente os jovens. Fidel tem-se lançado, com a inteligência que lhe é reconhecida, a fazer discursos contra o perigo da proliferação da bomba atómica, tendo chegado a auto-criticar-se

por ter solicitado a Krushev que utilizasse a bomba atómica contra os Estados Unidos no caso destes atacarem Cuba. Por outro lado, pediu ao Irão que reconhecesse a existência do holocausto, como um crime, o que não deve ter deixado de agradar a Israel... Com que objectivo faz Fidel estas autocríticas? Talvez porque lhe faltem aliados - o único que lhe resta é Hugo Chavez - e precise de ser ouvido e respeitado.

Seja como for, há um processo em curso, interessante. Fidel, para quem o conhece, não se vai calar. E a situação de Cuba, repito, é desesperada. Vale a pena estar atento.

A China em mudança

Os pessimistas pensam que tudo está mal e ficará pior. Espero que não tenham razão. Na China, por exemplo, passa-se algo de novo e inesperado. O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, fez um discurso em favor - repare-se - das "reformas políticas". Numerosos intelectuais e observadores chineses esperam que se realizem debates sobre a democratização, segundo escreve Le Monde de Domingo passado. O laboratório económico de Deng Xiaoping, transformou-se num laboratório político de reformas. O primeiro-ministro visitou-o.

A evolução à chinesa vai ser necessariamente prudente e lenta. Nada acontece na China de um dia para o outro. Mas há já quem diga entre os chineses - e escreva - "que as reformas políticas não podem tardar mais". Como segunda potência mundial, a China, para resolver os seus problemas económicos - a corrupção e o centralismo das decisões - necessita, urgentemente, de reformas políticas. É a tese de muitos intelectuais e académicos e de pessoas que têm situações e conhecimentos dentro do regime. Por exemplo, a Senhora Cui, intelectual e activista, organizou com o respeitado filósofo Xu Youyu e outros académicos, em 23 de Agosto último, em Miyum, perto de Pequim, um debate sobre o discurso do primeiro-ministro, Wen Jiabao, que apareceu na Internet. Curiosa - e decisiva - esta evolução.

Mário Soares

Lisboa, 14 de Setembro de 2010